

# ROLF MADALENO

Advogado; Professor de Direito de Família e Sucessões  
na Pós-Graduação da PUC-RS.  
Diretor Nacional do IBDFAM.

Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-RS.  
[www.rolfmadaleno.com.br](http://www.rolfmadaleno.com.br)

# DIREITO DE FAMÍLIA

9.<sup>a</sup> edição  
revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
Copyright © 2019 by  
**EDITORA FORENSE LTDA.**  
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896  
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).  
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- 1ª edição – 2008 / 9ª edição – 2019
- Fechamento desta edição: 07.01.2019

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

M151d

Madaleno, Rolf

Direito de Família / Rolf Madaleno. – 9. ed. – Rio de Janeiro : Forense, 2019.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-309-8453-3

1. Direito de família – Brasil. I. Título.

18-54323

CDU: 347.6(81)

# ÍNDICE GERAL

<b>Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família .....</b>		<b>1</b>
1.1.	O Direito de Família e o Código Civil.....	1
1.2.	A descodificação do Direito de Família.....	3
1.3.	A organização jurídica da família.....	4
1.4.	A diversidade familiar.....	5
1.4.1.	A família matrimonial.....	8
1.4.2.	A família informal.....	8
1.4.3.	A família monoparental.....	9
1.4.4.	A família anaparental.....	10
1.4.5.	A família reconstituída.....	11
1.4.5.1.	O apelido da família do padrasto ou da madrasta (Lei n. 11.924/2009).....	13
1.4.6.	A família paralela.....	14
1.4.6.1.	O olhar discordante.....	21
1.4.6.2.	A união poliafetiva.....	26
1.4.7.	A família natural.....	29
1.4.7.1.	A família extensa ou ampliada.....	29
1.4.7.2.	A família substituta.....	30
1.4.8.	A família eudemonista.....	30
1.4.9.	A família homoafetiva.....	30
<b>Capítulo 2 – Noção de Família .....</b>		<b>35</b>
2.1.	Conceito de família.....	35
2.2.	Entidade familiar e proteção do Estado.....	36
2.3.	A disseminação da família monoparental.....	37
2.4.	A disseminação da família reconstituída.....	38
2.5.	Noção de Direito de Família.....	39
2.6.	Conteúdo do Direito de Família.....	41
2.7.	Evolução do Direito de Família.....	42
2.8.	A dessacralização da família.....	43
2.9.	A despatrimonialização do Direito de Família.....	44
<b>Capítulo 3 – Direitos Fundamentais e Princípios de Direito de Família.....</b>		<b>47</b>
3.1.	Direitos fundamentais.....	47
3.2.	A eficácia dos direitos fundamentais.....	49
3.3.	Princípio da dignidade humana no Direito de Família.....	49
3.4.	O princípio da igualdade.....	50
3.4.1.	Igualdade e minorias.....	54
3.4.2.	Igualdade e grupos vulneráveis.....	55

3.4.3.	Igualdade e isonomia constitucional.....	56
3.4.4.	Igualdade e crianças vulneráveis.....	58
3.4.5.	Igualdade e idosos vulneráveis.....	59
3.4.6.	Igualdade e mulheres vulneráveis.....	60
3.4.7.	A tutela judicial dos vulneráveis.....	61
3.4.8.	Igualdade e independência.....	61
3.4.9.	Igualdade e violência invisível.....	62
3.4.10.	Igualdade e idade.....	64
3.4.11.	A terceira idade e o regime de bens.....	66
3.4.12.	A experiência doutrinária e jurisprudencial.....	71
3.4.13.	O idoso e a alteração do regime de bens.....	76
3.4.14.	Vigência da Súmula n. 377 do STF.....	79
3.4.15.	O idoso e os alimentos.....	82
3.4.16.	A solidariedade alimentar do idoso.....	84
3.4.17.	O idoso como devedor de alimentos.....	86
3.4.18.	O idoso e a efetividade das decisões judiciais.....	88
3.4.19.	Efetividade e prisão do idoso por dívida alimentar.....	90
3.5.	Princípio da autonomia privada.....	93
3.6.	Princípio da liberdade.....	94
3.7.	Princípio da solidariedade familiar.....	95
3.8.	Princípio da monogamia.....	96
3.8.1.	Impedimento do casamento para a constituição da união estável.....	97
3.8.2.	A fidelidade.....	99
3.9.	Princípio da diversidade familiar.....	99
3.10.	Princípio da afetividade.....	100
3.11.	Princípio da igualdade da filiação.....	101
3.12.	Princípio da proteção da prole.....	101
3.13.	Princípio da proteção do idoso.....	102
3.14.	Princípio da proteção do jovem.....	102
3.15.	Princípio da proteção da pessoa com deficiência.....	103
<b>Capítulo 4 – Do Direito Pessoal – Do Casamento.....</b>		<b>105</b>
4.1.	Definição.....	105
4.2.	Da plena comunhão de vida.....	106
4.3.	Da gratuidade do casamento civil.....	108
4.4.	Casamento religioso com efeito civil.....	109
4.5.	Capacidade para o casamento.....	110
4.5.1.	Suprimento judicial de consentimento.....	113
4.6.	Dos impedimentos matrimoniais.....	114
4.7.	Das causas suspensivas.....	119
4.7.1.	A Súmula n. 377 do STF.....	128
4.7.2.	Revogação da Súmula n. 377 do STF.....	129
4.7.3.	O efetivo prejuízo.....	130
4.7.4.	Legitimidade ativa.....	131
4.8.	A habilitação para o casamento.....	132
4.8.1.	Presunção de morte.....	134
4.8.2.	Dispensa de proclamas.....	135
4.9.	Da celebração do casamento.....	135
4.9.1.	Consentimento.....	136

4.9.2.	O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida.....	137
4.9.3.	Casamento por procuração.....	138
4.10.	Das provas do casamento.....	139
4.10.1.	<i>In dubio pro matrimonio</i> .....	140
4.10.2.	Casamento celebrado fora do Brasil.....	140
4.11.	Da invalidade do casamento.....	140
4.11.1.	Casamento inexistente.....	141
4.11.2.	Casamento nulo.....	142
4.11.3.	O casamento anulável.....	143
4.11.3.1.	Das causas de anulação.....	144
4.11.3.2.	Identidade, honra e boa fama.....	146
4.11.3.3.	Ignorância de crime anterior ao casamento.....	149
4.11.3.4.	Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave.....	150
4.11.3.5.	Ignorância de doença mental grave.....	152
4.11.3.6.	Coação.....	152
4.12.	Prazos para a anulação do casamento.....	154
4.13.	Do casamento putativo.....	154
4.13.1.	Pressupostos da putatividade.....	156
4.13.2.	Efeitos da putatividade.....	157
4.13.3.	Efeitos em relação a terceiros.....	158
4.14.	A separação de corpos na invalidade do casamento.....	158
4.14.1.	A tutela antecipada da separação de corpos.....	163
4.14.2.	A separação de corpos da Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.....	164
4.14.3.	Da cumulação dos pedidos.....	166
4.14.4.	A nova separação de corpos.....	166
4.14.5.	A conveniência na determinação da dignidade humana.....	169
4.14.6.	A separação de corpos consensual.....	170
4.14.7.	A separação de corpos para afastamento do requerente.....	172
4.14.8.	A separação de fato.....	172
<b>Capítulo 5 – Da Eficácia do Casamento.....</b>		<b>175</b>
5.1.	Da eficácia do casamento.....	175
5.2.	Isonomia e patronímico.....	177
5.3.	Planejamento familiar.....	180
5.3.1.	Licença-maternidade (Lei n. 11.770/2008).....	182
5.4.	Deveres dos cônjuges.....	182
5.5.	Violação dos deveres conjugais.....	184
5.6.	Dever de fidelidade recíproca.....	185
5.7.	Infidelidade virtual.....	186
5.8.	A separação de fato e o dever de fidelidade.....	187
5.9.	Vida em comum no domicílio conjugal.....	189
5.10.	Ruptura do dever de coabitação.....	191
5.11.	Dever de mútua assistência.....	192
5.12.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos.....	193
5.13.	Dever de respeito e consideração mútuos.....	195
5.14.	As relações dos cônjuges no Direito Empresarial.....	196
5.15.	A direção da sociedade conjugal.....	201
5.16.	Contribuição conjunta das despesas do lar.....	201
5.17.	Domicílio conjugal.....	202

<b>Capítulo 6 – Da Dissolução da Sociedade Conjugal</b> .....	205
6.1. Do sistema dual de dissolução.....	205
6.1.1. O divórcio e a Emenda Constitucional n. 66/2010 .....	207
6.1.1.1. O divórcio em colisão com a separação judicial ou extrajudicial .....	216
6.1.1.2. O divórcio da Emenda Constitucional n. 66/2010 e os deveres do casamento.....	218
6.2. O fim da sociedade conjugal .....	219
6.3. Morte real e morte presumida.....	220
6.4. O retorno do ausente .....	222
6.5. Dissolução pela nulidade ou anulação do casamento.....	223
6.6. A dissolução da sociedade conjugal .....	224
6.7. Da separação amigável .....	227
6.8. Cláusulas separatórias .....	229
6.9. Requisitos da separação amigável.....	232
6.10. Renúncia à meação .....	234
6.11. A promessa de doação.....	240
6.12. Débitos fiscais e partilha unilateral de bens .....	243
6.13. Da ratificação judicial.....	248
6.14. Exceção à ratificação .....	250
6.15. A ratificação na Lei n. 11.441/2007 e no CPC.....	251
6.16. A retratação unilateral.....	252
6.17. A separação causal.....	254
6.18. Causas genéricas.....	262
6.19. A separação litigiosa .....	263
6.20. Separação judicial por causas objetivas.....	264
6.21. Culpa e insuportabilidade da vida conjugal.....	267
6.22. Direitos e deveres pessoais dos cônjuges na separação judicial .....	269
6.22.1. Fidelidade recíproca.....	269
6.22.2. Coabitação no domicílio conjugal.....	272
6.23. Separação de corpos no divórcio .....	273
6.23.1. Separação de corpos judicial e a Lei Maria da Penha.....	274
6.23.2. Objetivo da Lei Maria da Penha.....	275
6.23.3. Das medidas protetivas de urgência.....	275
6.23.4. Da separação de corpos e a violência doméstica.....	276
6.23.5. Caducidade da medida .....	278
6.24. Mútua assistência .....	278
6.25. Sustento, guarda e educação dos filhos.....	279
6.26. Respeito e consideração mútuos .....	281
6.27. Insuportabilidade da comunhão de vida.....	281
6.27.1. Causas caracterizadoras da impossibilidade de coabitação.....	282
6.27.1.1. O adultério .....	283
6.27.1.2. Tentativa de morte.....	283
6.27.1.3. Sevícia ou injúria grave .....	284
6.27.1.4. Abandono voluntário do lar conjugal durante um ano contínuo ....	285
6.27.1.5. Abandono malicioso .....	287
6.28. Condenação por crime infamante.....	287
6.29. Conduta desonrosa .....	288
6.30. As provas ilícitas no Direito de Família.....	289

6.30.1.	A formação da convicção pela prova .....	289
6.30.2.	Princípios da prova.....	290
6.30.3.	Provas típicas e atípicas.....	291
6.30.4.	Prova ilícita e prova ilegítima.....	292
6.30.5.	Provas ilícitas.....	293
6.30.6.	A utilização das provas ilícitas no Direito de Família.....	294
6.30.7.	Princípio da proporcionalidade .....	298
6.31.	Separação pela ausência de comunhão de vida.....	301
6.32.	A causa genérica .....	302
6.33.	Separação objetiva.....	304
6.34.	Ruptura da vida em comum.....	304
6.35.	Grave doença mental .....	306
6.35.1.	Reversão dos bens conjugais.....	308
6.35.2.	A reversão tão somente no regime da comunhão universal.....	309
6.35.3.	Separação promovida por cônjuge incapaz.....	309
6.36.	A separação administrativa.....	310
6.36.1.	A separação extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC.....	313
6.36.2.	Opção ou imposição.....	315
6.36.3.	Divórcio extrajudicial estando a esposa grávida, ou existindo filhos menores ou maiores e incapazes .....	315
6.36.4.	Reconciliação .....	317
6.36.5.	Audiência de ratificação.....	317
6.36.6.	Separação e divórcio por procurador.....	321
6.36.7.	Cláusulas obrigatórias.....	323
6.36.7.1.	Cláusula sobre a partilha.....	323
6.36.7.2.	Cláusula sobre alimentos.....	325
6.36.8.	Recusa na escrituração .....	325
6.36.9.	Ausência de homologação e separação ou divórcio consular.....	327
6.36.10.	Intervenção do Ministério Público .....	327
6.36.11.	Execução das cláusulas .....	328
6.36.12.	Desconto da pensão em folha.....	329
6.36.13.	Anulação da escritura.....	329
6.36.14.	A separação de corpos extrajudicial.....	330
6.37.	Efeitos da dissolução da sociedade conjugal .....	331
6.37.1.	Efeitos pessoais com relação aos cônjuges .....	331
6.37.2.	Retorno ao apelido de solteiro .....	331
6.37.3.	Impossibilidade de contrair novo casamento.....	332
6.37.4.	Efeitos com relação aos filhos .....	333
6.37.5.	Guarda dos filhos .....	334
6.37.6.	A guarda compartilhada .....	336
6.37.7.	Convivência com os filhos .....	337
6.38.	Efeitos materiais: alimentos entre cônjuges .....	339
6.38.1.	Alimentos dos filhos .....	340
6.38.2.	Partilha dos bens .....	341
6.38.3.	Prazo de decadência da separação e do divórcio extrajudicial.....	343
6.38.4.	Cobrança de aluguéis .....	344

## **Capítulo 7 – O Dano Moral no Direito de Família .....** 349

7.1.	O dano moral no Direito de Família.....	349
------	---	-----

7.2.	O dano moral no âmbito das relações afetivas .....	351
7.3.	O Código Civil e o dano moral no Direito de Família.....	353
7.4.	Dos argumentos que refutam a exclusão do dano moral no Direito de Família.....	355
7.5.	Os alimentos como forma de indenização .....	356
7.6.	Da cumulação do divórcio judicial litigioso com dano moral .....	357
7.7.	Os desdobramentos do dano moral no Direito de Família .....	362
7.7.1.	A doutrina amplamente permissiva .....	363
7.7.2.	A doutrina restritiva do dano moral.....	365
7.7.3.	Crítica à graduação do dano moral.....	368
7.7.4.	Doutrina contrária ao dano moral no Direito de Família.....	368
7.8.	Críticas ao dano moral.....	373
7.9.	O reconhecimento do estado de filiação .....	374
7.10.	O dano moral na investigação de paternidade.....	379
7.10.1.	O dano moral na desconstituição da paternidade.....	383
7.10.2.	O dever da mãe.....	385
7.10.3.	O dever de <i>velar</i> e o dano moral pelo abandono físico e psíquico do filho....	388
<b>Capítulo 8 – Divórcio</b> .....		<b>399</b>
8.1.	O divórcio.....	399
8.2.	O divórcio direto.....	403
8.3.	O divórcio e a partilha de bens.....	406
8.4.	A representação do cônjuge incapaz no divórcio .....	408
8.5.	Divórcio consensual-judicial .....	408
8.6.	Divórcio litigioso-judicial .....	411
8.6.1.	A contestação no divórcio judicial.....	412
8.7.	O revogado divórcio por conversão da separação judicial .....	415
8.8.	Divórcio judicial por conversão consensual.....	418
8.9.	Divórcio judicial por conversão litigioso .....	419
8.10.	O divórcio extrajudicial da Lei n. 11.441/2007 e do CPC.....	421
8.11.	O divórcio extrajudicial por conversão .....	423
8.12.	A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos.....	423
8.13.	Efeitos do divórcio.....	424
8.14.	A partilha de bens.....	425
8.15.	Da presença dos cônjuges no divórcio extrajudicial .....	426
8.16.	O patronímico de casado no divórcio .....	428
8.17.	Pluralidade de divórcios.....	433
8.18.	O divórcio no Direito Internacional Privado.....	433
<b>Capítulo 9 – Da Proteção da Pessoa dos Filhos</b> .....		<b>437</b>
9.1.	Da proteção da pessoa dos filhos .....	437
9.2.	Conceito de guarda .....	440
9.3.	A guarda na separação de fato e no divórcio judicial .....	446
9.4.	Guarda compartilhada .....	447
9.4.1.	A guarda compartilhada deveria pressupor consenso?.....	456
9.4.2.	Imposição judicial da guarda compartilhada .....	462
9.4.3.	Tempo de convívio equilibrado .....	467
9.4.4.	Plano de parentalidade .....	468
9.4.5.	Alimentos na guarda física compartilhada.....	470
9.4.6.	A polêmica guarda compartilhada de animais de estimação.....	472



9.5.	Direito e dever de convivência .....	475
9.6.	A multa no direito e dever de visitas – <i>astreintes</i> .....	481
9.7.	O direito de visitas dos avós .....	483
9.7.1.	Um caso paradigma.....	485
9.8.	Síndrome de Alienação Parental (SAP).....	487
9.9.	Síndrome das falsas memórias .....	494
<b>Capítulo 10</b>	<b>– Das Relações de Parentesco .....</b>	<b>497</b>
10.1.	As relações familiares e o parentesco .....	497
10.2.	Direito Romano .....	499
10.3.	Desenlaces parentais.....	500
10.4.	Espécies de família e relações atuais .....	501
10.5.	Conceito de relações de parentesco.....	503
10.6.	Parentesco até o quarto grau .....	505
10.7.	Parentesco .....	506
10.7.1.	Contagem de graus.....	506
10.7.2.	Linhas de parentesco .....	507
10.7.3.	Tronco.....	508
10.7.4.	Parentesco por afinidade .....	508
10.7.5.	Árvore genealógica.....	510
10.8.	A multiparentalidade .....	510
<b>Capítulo 11</b>	<b>– Da Filiação .....</b>	<b>519</b>
11.1.	A filiação .....	519
11.2.	Filiação socioafetiva.....	521
11.3.	A desconstituição judicial da filiação socioafetiva .....	527
11.4.	O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios.....	533
11.4.1.	Os filhos e a construção do patrimônio familiar .....	539
11.4.2.	Filhos do ECA em confronto com os filhos da adoção à brasileira.....	541
11.4.3.	O direito ao conhecimento das origens genéticas.....	542
11.4.4.	Decadência da rejeição.....	547
11.4.5.	Vedação do registro de filho morto para fins patrimoniais.....	550
11.4.6.	O parto anônimo.....	555
11.5.	Investigação de paternidade movida pelos netos .....	558
11.6.	Da possibilidade jurídica .....	558
11.7.	O posicionamento do STJ .....	560
11.8.	Determinação da maternidade .....	561
11.9.	A presunção de paternidade.....	565
11.10.	A presunção <i>pater is est</i> .....	566
11.11.	A filiação por presunção na fecundação assistida .....	568
11.12.	A reprodução assistida no Código Civil.....	569
11.13.	A inseminação artificial .....	571
11.14.	A inseminação artificial homóloga.....	571
11.15.	A proteção jurídica do nascituro .....	574
11.16.	Embriões excedentários.....	574
11.17.	A inseminação artificial heteróloga.....	576
11.18.	A fertilização ou fecundação <i>in vitro</i> (FIV).....	578
11.18.1.	A transferência de gametas para as trompas (GIFT).....	579
11.18.2.	Transferência de zigoto para as trompas (ZIFT).....	579

11.18.3. A mãe de substituição.....	580
11.19. A impugnação da paternidade.....	584
11.19.1. O perigo da sacralização do DNA.....	585
11.20. Negativa de paternidade.....	586
11.21. A imprescritível impugnação da paternidade.....	592
11.22. Prova da filiação.....	595
11.23. Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA.....	595
11.24. A prova judicial da impugnação da paternidade.....	599
11.25. A presunção de paternidade pela recusa.....	602
11.25.1. A recusa diante do Código Civil.....	603
11.25.2. As perícias em DNA no Brasil.....	605
11.25.3. A presunção legal no Código Civil.....	607
11.25.4. A presunção e a perícia médica de DNA.....	610
11.25.5. A presunção pela recusa.....	611
11.25.6. A recusa do filho, da mãe e de outros parentes ao exame em DNA.....	613
11.26. Elisão da paternidade pelo adultério.....	617
11.27. Reconhecimento da paternidade.....	620
11.28. O reconhecimento voluntário.....	621
11.28.1. Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade.....	623
11.28.2. Reconhecimento no registro do nascimento.....	624
11.28.3. Por escritura pública ou escrito particular.....	624
11.28.4. Reconhecimento por testamento.....	627
11.28.5. Reconhecimento por manifestação direta e expressa perante o juiz.....	628
11.28.6. Reconhecimento voluntário do artigo 2º da Lei n. 8.560/1992.....	628
11.29. Reconhecimento de filho maior e de filho menor.....	629
11.30. Ação anulatória de reconhecimento.....	630
11.31. Reconhecimento judicial da paternidade.....	632
11.31.1. Breve digressão histórica.....	632
11.31.2. A equiparação dos filhos.....	633
11.31.3. A investigação judicial da paternidade ou da maternidade.....	634
11.31.4. Concubinato, união estável e presunção de paternidade.....	636
11.31.5. Rapto e sua coincidência com as relações sexuais.....	637
11.31.6. Escritos.....	638
11.31.7. Legitimidade ativa.....	638
11.31.8. Legitimidade passiva.....	640
11.31.9. Conteúdo da defesa do investigado.....	640
11.31.9.1. A negativa genérica.....	642
11.31.9.2. A <i>exceptio plurium concubentium</i> .....	642
11.31.9.3. Impossibilidade física do congresso sexual.....	644
11.31.9.4. Não coincidência das relações sexuais.....	645
11.31.10. Meios de prova.....	645
11.31.10.1. A prova documental.....	646
11.31.10.2. A prova testemunhal.....	647
11.31.10.3. As provas científicas.....	648
11.31.10.4. Provas hematológicas.....	648
11.31.10.5. O sistema HLA.....	649
11.31.10.6. Perícia em DNA.....	650
11.31.10.6.1. A perícia em DNA se basta?.....	651
11.31.11. A recusa ao exame pericial.....	654

11.31.12. Efeitos da Súmula n. 301 do STJ.....	658
11.32. Efeitos da sentença.....	660
11.32.1. Dos alimentos na investigatória.....	660
11.33. A coisa julgada na investigação de paternidade.....	663
<b>Capítulo 12 – Da Adoção.....</b>	<b>667</b>
12.1. Conceito de adoção.....	667
12.2. Considerações gerais.....	669
12.3. Natureza jurídica.....	670
12.4. Referências históricas.....	670
12.5. A adoção e o Código Civil.....	671
12.6. A Lei Nacional da Adoção.....	673
12.6.1. Princípio da prevalência em família.....	674
12.6.2. Do acolhimento familiar e institucional.....	675
12.6.3. Da família natural.....	676
12.6.4. A família extensa.....	676
12.6.5. Destituição do poder familiar.....	677
12.6.6. Colocação em família substituta.....	678
12.6.6.1. Cadastro de adoção.....	680
12.6.6.2. Direito à identidade genética.....	681
12.7. Requisitos para a adoção: idade.....	682
12.7.1. Diferença de idade.....	683
12.7.2. Adoção por casais.....	684
12.7.3. Consentimento do cônjuge.....	685
12.8. Adoção por avós.....	687
12.9. Adoção por irmãos do adotando.....	689
12.10. Consentimento dos pais, do representante e do adotando.....	690
12.11. Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros.....	691
12.12. Adoção por tutor ou curador.....	692
12.13. Adoção <i>intuitu personae</i> .....	692
12.14. Adoção por divorciados.....	696
12.15. Adoção póstuma.....	696
12.16. Adoção por estrangeiro.....	698
12.17. Adoção de nascituro.....	701
12.17.1. Personalidade jurídica do nascituro.....	704
12.18. Adoção à brasileira.....	705
12.19. Adoção de embriões.....	707
12.20. A adoção por homoafetivos.....	709
12.21. Efeitos pessoais da adoção.....	715
12.21.1. Nome.....	715
12.21.2. A adoção e o poder familiar.....	716
12.21.3. Efeitos patrimoniais da adoção.....	717
12.21.3.1. Alimentos.....	717
12.21.3.2. Direito sucessório.....	717
12.21.4. Irrevogabilidade da adoção.....	717
12.22. O apadrinhamento.....	718
<b>Capítulo 13 – Do Poder Familiar.....</b>	<b>721</b>
13.1. Breve noção histórica.....	721

13.2.	Função.....	722
13.3.	Natureza jurídica.....	724
13.4.	Titularidade do poder familiar.....	724
13.5.	Conteúdo do poder familiar.....	727
13.5.1.	A representação dos filhos.....	730
13.5.2.	Retenção indevida de filho.....	732
13.5.3.	Poder familiar e trabalho.....	732
13.5.4.	Do usufruto dos bens dos filhos.....	734
13.5.5.	Da administração dos bens dos filhos.....	735
13.6.	Extinção do poder familiar.....	738
13.7.	A suspensão do poder familiar.....	741
<b>Capítulo 14</b>	<b>– Do Direito Patrimonial.....</b>	<b>745</b>
14.1.	Do regime de bens e sua natureza jurídica.....	745
14.2.	Princípios gerais.....	747
14.3.	Classificação dos regimes de bens.....	750
14.4.	O pacto antenupcial.....	753
14.5.	Alteração do regime de bens.....	761
14.6.	Temor de fraude na mudança do regime de bens.....	765
14.7.	A práxis da separação de fachada.....	768
14.7.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	770
14.7.2.	O direito adquirido e a retroatividade da alteração.....	776
14.8.	Do regime obrigatório da separação de bens.....	781
14.9.	Da administração dos bens e dos bens reservados.....	786
14.10.	Da reivindicação dos bens comuns.....	787
14.11.	Do regime legal de bens.....	788
14.11.1.	Bens de caráter próprio.....	790
14.11.2.	Bens de caráter comum.....	791
14.12.	Regime da comunhão parcial.....	792
14.12.1.	Fundos privados de pensão.....	806
14.12.2.	Bens que ingressam na comunhão parcial.....	811
14.12.2.1.	A título oneroso.....	811
14.12.2.2.	Por fato eventual.....	812
14.12.2.3.	Doação, herança ou legado.....	814
14.12.2.4.	Benfeitorias e acessões e incremento patrimonial societário.....	815
14.12.2.4.1.	Valorização das quotas sociais ou ações de uma empresa.....	818
14.12.2.5.	Frutos civis e naturais.....	826
14.12.2.6.	O fundo de comércio como fruto civil.....	828
14.12.2.6.1.	A clientela dos profissionais liberais e as sociedades simples.....	829
14.12.2.6.2.	O aviamento da clientela dos profissionais liberais.....	832
14.12.2.7.	Aquisição com causa anterior.....	833
14.12.2.8.	Partilha de quotas.....	835
14.12.2.9.	Partilha de quotas no juízo cível e não de família.....	839
14.12.2.10.	Dívidas dos cônjuges.....	843
14.13.	Do regime de comunhão universal.....	845
14.13.1.	Bens excluídos da comunhão universal.....	848

14.13.1.1.	Bens doados ou herdados com incomunicabilidade.....	848
14.13.1.2.	Bens gravados de fideicomisso.....	849
14.13.1.3.	Dívidas anteriores ao casamento .....	850
14.13.1.4.	Doações antenupciais.....	851
14.13.1.5.	Os bens dos incisos V a VII do art. 1.659 do CC.....	851
14.13.2.	Comunicação dos frutos e administração dos bens .....	854
14.13.3.	Extinção da responsabilidade e do regime de bens .....	859
14.14.	Do regime de participação final nos aquestos .....	862
14.14.1.	Na Costa Rica.....	865
14.14.2.	Na Alemanha.....	866
14.14.3.	Na França.....	867
14.14.4.	Na Espanha .....	868
14.14.5.	No Brasil .....	869
14.14.6.	Características do regime de participação final nos aquestos .....	871
14.14.7.	Aquisição onerosa.....	875
14.14.8.	Separação e termo inicial de partição dos aquestos .....	876
14.14.9.	Má administração.....	877
14.14.10.	Risco de fraude na divisão dos bens conjugais .....	877
14.14.11.	A ideia da liquidação antecipada.....	878
14.14.12.	Medidas cautelares no regime de participação final nos aquestos .....	879
14.14.13.	Regime de compensações .....	880
14.14.14.	Dívidas pessoais.....	880
14.14.15.	Irrenunciabilidade do direito à meação.....	880
14.14.16.	Regras de liquidação .....	881
14.14.17.	Disposição hereditária.....	882
14.15.	Do regime da separação de bens .....	882
14.16.	Mantença da família.....	885
14.16.1.	Compensação econômica (alimentos compensatórios).....	885
14.17.	A separação obrigatória de bens .....	886
14.18.	A separação convencional de bens .....	887
14.19.	Os bens adquiridos durante a separação de fato .....	888
14.20.	Da fraude na partilha .....	890
14.20.1.	O lastro matrimonial .....	891
14.20.2.	A presunção de comunidade.....	892
14.20.3.	A separação e seu efeito na partilha.....	892
14.20.4.	A autonomia privada .....	893
14.20.5.	A fraude.....	894
14.20.6.	A fraude societária.....	895
14.20.7.	A fraude pela mudança do tipo social.....	897
14.20.8.	A fraude pela interposta pessoa física .....	900
14.20.9.	A boa-fé.....	900
14.20.10.	A fraude no casamento do Código Civil.....	903
14.20.11.	A fraude nos regimes de bens.....	903
14.20.12.	A fraude na união estável.....	904
14.20.13.	A outorga do convivente.....	905
14.20.14.	A indenização pela inoponibilidade.....	908
14.20.15.	Uma solução argentina .....	909
14.20.16.	A fraude pela formação de dívidas .....	909
14.20.17.	A prova da fraude e da simulação.....	911

14.20.18.	A anulação da partilha e decadência.....	913
14.21.	Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores.....	915
14.21.1.	Bens excluídos do usufruto.....	917
14.22.	Da usucapião familiar pelo abandono do lar.....	919
<b>Capítulo 15 – Dos Alimentos.....</b>		<b>923</b>
15.1.	Conceito.....	923
15.2.	Espécies de alimentos.....	924
15.2.1.	Quanto à sua natureza.....	925
15.2.2.	Quanto à causa jurídica.....	928
15.2.3.	Quanto à finalidade.....	930
15.2.3.1.	Alimentos provisórios.....	930
15.2.3.2.	Alimentos em tutela provisória.....	932
15.2.3.3.	Alimentos da tutela antecipada.....	933
15.2.3.4.	A fungibilidade do parágrafo único do artigo 305 do CPC.....	934
15.2.3.5.	Pressupostos para a concessão da tutela antecipada.....	935
15.2.3.6.	Tempo de duração da tutela antecipada.....	936
15.2.3.7.	Da consagração da tutela antecipada para provimento alimentar.....	937
15.2.4.	Quanto ao momento em que são reclamados.....	938
15.2.4.1.	Alimentos pretéritos e futuros.....	938
15.3.	Características da obrigação alimentar.....	940
15.3.1.	Direito personalíssimo.....	940
15.3.2.	Transmissibilidade.....	941
15.3.3.	Divisibilidade.....	946
15.3.3.1.	Litisconsórcio na ação de alimentos.....	947
15.3.3.2.	Da solidariedade nos alimentos do idoso.....	951
15.3.3.2.1.	O título executivo extrajudicial dos alimentos do idoso.....	953
15.3.4.	Condicionalidade.....	953
15.3.5.	Reciprocidade.....	955
15.3.6.	Alternatividade.....	956
15.3.7.	Imprescritibilidade.....	957
15.3.8.	Irrepetibilidade.....	959
15.3.9.	Incompensabilidade.....	962
15.3.10.	Irrenunciabilidade.....	967
15.3.10.1.	A validade histórica da renúncia alimentar.....	968
15.3.10.2.	Renúncia expressa.....	970
15.3.10.3.	A disponibilidade alimentar no vigente Código Civil.....	970
15.3.10.4.	A renúncia aos alimentos no Projeto de Lei n. 6.960/2002.....	971
15.3.10.5.	A irrenunciabilidade alimentar.....	972
15.3.10.6.	O indevido retrocesso.....	974
15.3.10.7.	A compensação como nova forma de acordo alimentar.....	975
15.3.10.8.	A renúncia alimentar à luz do atual Código Civil.....	976
15.3.11.	Impenhorabilidade.....	977
15.4.	Obrigação alimentar de tios, sobrinhos, primos e parentes afins.....	979
15.4.1.	Os alimentos na família reconstituída.....	983
15.5.	Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes.....	986
15.6.	Os alimentos na guarda e na tutela do ECA.....	987

15.7.	Os alimentos do nascituro .....	988
15.7.1.	Dos alimentos gravídicos .....	989
15.8.	Os alimentos dos relativamente incapazes .....	991
15.9.	A representação pelo Ministério Público nos alimentos.....	992
15.10.	O constrangimento da ação ou da execução alimentar.....	997
15.10.1.	O abuso do direito.....	1003
15.10.2.	Falta de alimentos como violência doméstica.....	1004
15.11.	Alimentos e prestação de contas.....	1004
15.12.	Alimentos com a maioridade civil.....	1009
15.12.1.	Maioridade civil e exercício abusivo do direito de alimentos .....	1015
15.13.	Dever de sustento e obrigação.....	1017
15.14.	Formas alternativas de eficácia do pagamento dos alimentos.....	1018
15.14.1.	O protesto dos alimentos .....	1019
15.14.2.	A constituição de capital.....	1021
15.14.3.	<i>Astreintes</i> .....	1025
15.14.4.	O abandono material e a prisão descontínua .....	1026
15.14.5.	Perda do poder familiar .....	1027
15.14.6.	Medidas executivas atípicas.....	1028
15.15.	Dos alimentos entre parentes.....	1030
15.15.1.	Alimentos na guarda compartilhada.....	1031
15.16.	Dos alimentos dos avós.....	1032
15.17.	Da transmissão hereditária do dever alimentar.....	1036
15.18.	Dos alimentos dos cônjuges.....	1041
15.19.	Alimentos dos conviventes.....	1044
15.20.	Igualdade e independência econômica.....	1046
15.21.	Dos alimentos na homoafetividade .....	1049
15.22.	Rubrica alimentar .....	1051
15.22.1.	Alimentação.....	1051
15.22.2.	Habitação.....	1051
15.22.3.	Educação .....	1052
15.22.4.	Saúde .....	1054
15.22.5.	Vestuário.....	1055
15.22.6.	Lazer.....	1055
15.23.	Base de incidência dos alimentos.....	1055
15.24.	Pensão <i>intuitu familiae</i> e <i>intuitu personae</i> .....	1061
15.24.1.	Alimentos em espécie ou <i>in natura</i> .....	1062
15.25.	Dos alimentos transitórios .....	1065
15.25.1.	A duração dos alimentos transitórios .....	1067
15.26.	Alimentos compensatórios ou compensação econômica.....	1069
15.26.1.	A pensão alimentícia e a compensação econômica .....	1073
15.26.2.	Alimentos compensatórios e compensação econômica .....	1076
15.26.3.	Outras diferenças entre obrigação de alimentos e compensação econômica .....	1079
15.26.4.	Responsabilidade objetiva no Direito de Família.....	1081
15.26.5.	A duração da compensação econômica.....	1085
15.27.	A restituição dos alimentos .....	1085
15.27.1.	O abuso do direito nos alimentos .....	1085
15.27.2.	Do abuso do direito nas relações de família.....	1088
15.27.3.	Uma solução argentina para a fraude alimentar.....	1088
15.28.	Da renúncia e da exoneração dos alimentos.....	1089

15.29.	Perda do crédito alimentar por novo relacionamento.....	1093
15.29.1.	Conduta irregular da ex-mulher.....	1096
15.29.2.	Comportamento indigno.....	1097
15.30.	A desconsideração da personalidade física e jurídica nos alimentos.....	1102
15.30.1.	Sua incidência processual.....	1104
15.30.2.	A desconsideração ativa.....	1105
15.30.3.	A desconsideração ativa inversa e a quebra do sigilo fiscal, contábil e bancário.....	1107
15.31.	A oferta de alimentos.....	1110
15.32.	A majoração e redução dos alimentos e sua atualização automática.....	1111
15.33.	Cessação da obrigação de prestar alimentos.....	1115
15.34.	A execução de alimentos.....	1117
15.34.1.	Do cumprimento da sentenç�a.....	1118
15.34.2.	Aplicação de multa.....	1120
15.34.3.	A defesa no cumprimento da sentenç�a.....	1120
15.34.4.	Sentenç�a para ser cumprida.....	1121
15.34.5.	Do cumprimento da sentenç�a nos alimentos.....	1121
15.34.6.	Do procedimento expropriatório.....	1122
15.35.	Da execução internacional dos alimentos.....	1122
15.36.	A intributabilidade da pensão alimentícia.....	1124
15.36.1.	A participação da mulher nas atividades econ�micas.....	1125
15.36.2.	A coabitação.....	1127
15.36.3.	Alimentos entre cônjuges.....	1128
15.36.4.	A função social da família.....	1129
15.36.5.	A necessidade de uma política de proteção familiar.....	1130
15.36.6.	O mínimo existencial.....	1131
15.36.7.	Renda e proventos.....	1133
15.36.8.	A tributação familiar.....	1134
15.36.8.1.	A condição de dependente.....	1135
15.36.9.	A capacidade colaborativa.....	1136
15.36.10.	O imposto de renda sobre a pensão alimentícia.....	1136
15.36.11.	A ausência de acréscimo patrimonial.....	1137
15.36.12.	A pensão alimentícia como encargo de família.....	1139
15.36.13.	Os alimentos e seu caráter indenizatório.....	1141
<b>Capítulo 16 – Do Bem de Família</b>	.....	<b>1143</b>
16.1.	Bem de família.....	1143
16.2.	Conceito de bem de família.....	1144
16.3.	O advento da Lei n. 8.009/1990.....	1145
16.4.	O bem de família do Código Civil.....	1147
16.4.1.	Objeto do bem de família voluntário.....	1149
16.4.2.	Valor do bem de família voluntário.....	1149
16.4.3.	Procedimento de constituição e efeitos.....	1150
16.4.4.	Das isenções.....	1151
16.5.	Extinção do bem de família.....	1152
<b>Capítulo 17 – Da União Estável</b>	.....	<b>1153</b>
17.1.	Antecedentes históricos.....	1153
17.2.	A Constituição Federal de 1988.....	1155



17.3.	A Lei n. 8.971/1994.....	1158
17.4.	A Lei n. 9.278/1996.....	1159
17.5.	O projeto de Lei n. 2.686/1996 .....	1160
17.6.	Origem e definição.....	1160
17.7.	A expansão das uniões livres .....	1161
17.7.1.	Motivos econômicos.....	1162
17.7.2.	Motivos sociais.....	1163
17.7.3.	Motivos legais.....	1163
17.7.4.	Motivos ideológicos.....	1164
17.7.5.	Motivos raciais e religiosos.....	1164
17.7.6.	Outras causas de disseminação da união estável .....	1164
17.8.	Pressupostos de configuração da união estável.....	1164
17.8.1.	Diversidade de sexos.....	1165
17.8.1.1.	União homoafetiva.....	1165
17.8.2.	Coabitação.....	1176
17.8.3.	Prazo para constituição .....	1178
17.8.4.	Existência de precedente casamento.....	1179
17.8.5.	Convivência pública .....	1188
17.8.6.	Continuidade .....	1190
17.8.7.	Com objetivo de constituir família.....	1191
17.8.8.	Inexistência de impedimento matrimonial .....	1194
17.9.	Conceito de união estável.....	1195
17.10.	Direitos e deveres dos conviventes.....	1196
17.10.1.	Lealdade .....	1198
17.10.2.	Respeito.....	1199
17.10.3.	Assistência.....	1200
17.10.4.	Dever imaterial .....	1203
17.10.5.	Guarda, sustento e educação dos filhos.....	1204
17.10.6.	A coabitação como dever natural.....	1204
17.10.7.	O nome na união estável.....	1205
17.11.	Contrato de convivência .....	1208
17.11.1.	A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	1210
17.11.2.	A mudança do regime de bens na conversão em casamento.....	1212
17.11.3.	Regime de bens .....	1218
17.11.4.	Conversão em casamento.....	1223
17.11.5.	Usufruto e direito real de habitação .....	1225
17.11.6.	Contrato de namoro.....	1227
17.12.	Concubinato e relações paralelas .....	1230
17.12.1.	O olhar discordante .....	1232
17.12.2.	O concubinato e a monogamia.....	1235
17.12.3.	Do concubinato de boa-fé.....	1241
17.12.4.	O concubinato e a doação .....	1242
17.12.5.	O concubinato e a deixa testamentária .....	1242
17.12.6.	O concubinato e a previdência social.....	1244
17.13.	Dissolução da união estável .....	1245
<b>Capítulo 18 – Tutela</b> .....		<b>1249</b>
18.1.	Conceito.....	1249
18.2.	Menores submetidos à tutela.....	1252

18.3.	A tutela no Direito Romano.....	1252
18.4.	A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	1253
18.5.	Modalidades de tutela.....	1253
18.6.	Tutela testamentária.....	1255
18.7.	Tutela legítima.....	1256
18.8.	Tutela dativa.....	1257
18.9.	Tutela funcional.....	1258
18.10.	Exclusividade da tutela.....	1259
18.11.	Incapazes de exercer a tutela.....	1259
18.11.1.	Idoneidade.....	1260
18.12.	Designação do convivente como tutor.....	1262
18.13.	Escusa dos tutores.....	1263
18.13.1.	Mulheres casadas.....	1264
18.13.2.	Maiores de sessenta anos.....	1264
18.13.3.	Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos.....	1265
18.13.4.	Enfermidade.....	1266
18.13.5.	Habitação distante.....	1266
18.13.6.	Os que já exercerem tutela ou curatela.....	1266
18.13.7.	Militares em serviço.....	1266
18.13.8.	Aos que não forem parentes do menor.....	1267
18.14.	Prazo de escusa e decisão judicial.....	1267
18.15.	Do exercício da tutela.....	1268
18.15.1.	Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado.....	1268
18.15.2.	Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado.....	1269
18.15.3.	A administração dos bens e a tutela conjunta.....	1271
18.16.	Atribuições do tutor.....	1273
18.16.1.	Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial.....	1274
18.17.	Vedações ao tutor.....	1275
18.18.	Garantia da tutela.....	1275
18.19.	O protutor.....	1276
18.20.	Responsabilidade do juiz.....	1277
18.21.	Remuneração do tutor.....	1278
18.22.	Responsabilidade do tutor.....	1278
18.23.	Bens do tutelado.....	1279
18.24.	Prestação de contas.....	1280
18.25.	Cessação da tutela.....	1282
18.26.	Das funções do tutor.....	1282
<b>Capítulo 19 – Da Curatela.....</b>		<b>1283</b>
19.1.	Da curatela.....	1283
19.2.	Conceito.....	1285
19.3.	Pessoas sujeitas à curatela.....	1287
19.4.	Curatela do nascituro.....	1290
19.5.	Velhice.....	1293
19.6.	Curatela no Direito Romano.....	1295
19.7.	Enfermidade ou deficiência mental.....	1295
19.7.1.	Intervalos lúcidos.....	1296
19.8.	Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.....	1296

19.9. Deficientes mentais .....	1298
19.10. Ébrios habituais .....	1298
19.11. Os viciados em tóxicos.....	1299
19.12. Os pródigos.....	1300
19.13. Autocuratela.....	1302
19.14. Ação de interdição .....	1303
19.15. Das disposições comuns à tutela e à curatela .....	1306
19.16. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela.....	1307
19.17. Curatela conjunta.....	1310
19.18. Efeitos jurídicos da sentença de interdição.....	1311
19.19. Levantamento da interdição.....	1313
19.20. Cessação da curatela .....	1314
19.21. Da tomada de decisão apoiada.....	1314
<b>Bibliografia .....</b>	<b>1317</b>
<b>Índice Alfabético-Remissivo .....</b>	<b>1353</b>

**Nota da Editora:** as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).